



Ponto de Cultura Tecer: caminhos para o desenvolvimento local na cidade de Camaragibe¹

Raquel de Melo Santana²
Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida³
Universidade Federal Rural de Pernambuco, PE

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo analisar o papel do Ponto de Cultura Tecer, da cidade de Camaragibe - PE, para o desenvolvimento da localidade, através dos conceitos desenvolvimento local e capital social, do modelo de políticas públicas culturais instituído pelo Governo Federal e da perspectiva do direito humano à comunicação. O projeto do Ponto de Cultura Tecer vem proporcionando maior visibilidade à cultura popular de Camaragibe, assim como vem estimulando práticas e produtos na área da comunicação audiovisual.

PALAVRAS-CHAVE: Ponto de Cultura Tecer; política pública de cultura; desenvolvimento local; audiovisual; comunicação como direito humano.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho faz parte de uma pesquisa maior, cujo objetivo é analisar o papel do Ponto de Cultura Tecer, da cidade de Camaragibe - PE, para o desenvolvimento da localidade. A pesquisa está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (UFRPE), sob orientação da professora Dra. Maria das Graças Ataíde. O Ponto de Cultura Tecer se configurou através do modelo de políticas públicas culturais instituído pelo Governo Federal – que proporcionou maior atenção à cultura produzida por setores menos privilegiados da sociedade.

Neste artigo, o intuito é analisar como este ponto de cultura vem contribuindo para o desenvolvimento de Camaragibe a partir dos conceitos desenvolvimento local e capital social, do modelo de políticas públicas culturais instituído pelo Governo Federal e da perspectiva do direito humano à comunicação. Nesse município, existem apenas dois pontos de cultura, entre os quais o Ponto de Cultura Tecer, representado pela Oscip

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Curso de Extensão Rural e Desenvolvimento Local da UFRPE, email: melosantana@yahoo.com.br

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso Extensão Rural e Desenvolvimento Local da UFRPE, email: ataide@hotmail.com.br



Laboratório de Intervenção Artística (Laia). Este projeto, que está em execução há quase dois anos, fortaleceu e ampliou as atividades da referida Oscip (organizada juridicamente desde 2008, mas que há sete anos vem fomentando e difundindo a cultura popular) e proporcionou maior visibilidade a seu trabalho de fomento à cultura popular em Camaragibe, município com escassez de equipamentos e eventos culturais.

Subsidiando-se em autores como Ortiz (2008) e analisando documentos como a Agenda 21 da Cultura e o Plano Nacional de Cultura, o artigo estabelece uma relação entre cultura e desenvolvimento. Em seguida, discute os conceitos de desenvolvimento local e capital social a partir de autores como Oliveira (2002), Franco (2000) e Bourdieu (1998). As políticas públicas de cultura foram analisadas através de autores como Turino (2009), Rubim (2008) e Carvalho (2009). Para abordar a experiência deste Ponto na área do audiovisual, a partir da perspectiva da comunicação como direito humano, utiliza as autoras Fechine (2003) e Peruzzo (2006).

As informações acerca da experiência deste Ponto foram obtidas através de estudo exploratório, facilitado pela convivência próxima autora deste artigo com este Ponto de Cultura. Ela atuou e ainda atua em vários projetos deste Ponto, todos na área do audiovisual, e divulga as ações do Ponto de Cultura Tecer na internet e nos meios de comunicação de massa.

DISCUSSÕES SOBRE CULTURA E DESENVOLVIMENTO

De acordo com Miguez (2009), a cultura ocupa um lugar de destaque no momento atual, tanto no meio acadêmico quanto nas agendas nacionais, nas quais a diversidade cultural é posta em evidência através de políticas culturais e fóruns internacionais, como por exemplo, a *Agenda 21 da Cultura*, apresentada no Fórum Universal das Culturas – Barcelona, em 2004, a *Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*, proposta pela Unesco em 2006 e o *Plano Nacional de Cultura* do Estado brasileiro, que está sendo construído desde 2003 e cuja versão final foi aprovada pela Câmara dos Deputados este ano.

Para Renato Ortiz (2008, p. 123), a cultura é caracterizada como o domínio dos símbolos, e ainda segundo este autor, o símbolo “tem a capacidade de apreender e relacionar as coisas”. As definições de cultura adotadas pelas políticas culturais e órgãos internacionais possuem convergências com a caracterização de Ortiz, pois para o PNC (BRASIL, 2009, p. 12), a cultura seria o cultivo de “criação simbólica expressa em modos de vida, motivações, crenças religiosas, valores, práticas, rituais e identidades”.



Já a Agenda 21 da Cultura (2004, p. 5) considera o patrimônio cultural “o testemunho da criatividade humana e o substrato da identidade dos povos”.

Nessas políticas e fóruns de discussão acerca de questões culturais, é freqüente a relação entre cultura e desenvolvimento. A associação mais comum é a de que a promoção cultural promoveria o desenvolvimento, tanto no que concerne ao crescimento econômico como em relação à melhoria da qualidade de vida.

A *Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* da Unesco afirma que “a proteção, promoção e manutenção da diversidade cultural é condição essencial para o desenvolvimento sustentável em benefício das gerações atuais e futuras” (2007, p. 4). Entre os valores e conceitos do Plano Nacional de Cultura (PNC) está o da cultura enquanto “vetor de desenvolvimento essencial para a inclusão social por meio da geração e ocupação de renda” (BRASIL, 2009, p. 21) .

Para Ortiz (2008, p. 5), “o vínculo entre cultura e desenvolvimento é decisivo. É isso que nos permite trabalhar temas como: erradicação da pobreza, melhoria das condições de gênero, incentivo ao turismo, preservação do meio ambiente”. Entretanto, o mesmo autor considera que

muitos documentos sobre cultura partem de afirmações genéricas, (...) sem circunscrevê-las porém à realidade nada harmônica que as envolve: melhorar as condições das mulheres e dos adolescentes (sem dizer quem são essas mulheres e esses adolescentes, em que mundo vivem, que tradições possuem), trabalhar pelo desenvolvimento sustentável (sem definir o que seria sustentável) (2008. p. 6).

De acordo com Ortiz (2008), o desenvolvimento associado à ideia de progresso, de melhoria, surgiu a partir do nascimento da modernidade, que difundiu um “padrão de excelência em relação ao qual todos os outros “desenvolvimentos” deveriam ser comparados”.

Este “padrão de referência” a que Renato Ortiz se refere diz respeito ao modelo desenvolvimentista difundido pela modernidade: concentração de riquezas, avanços tecnológicos e científicos, livre comércio e concorrência. As sociedades enquadradas nesse padrão (denominadas avançadas) estimulavam, assim como continua ocorrendo nos dias atuais, as demais nações (denominados “países em desenvolvimento”) a tomarem determinadas medidas para atingirem o patamar desejado de desenvolvimento.

Na América Latina, esse “estímulo” gerou conseqüências negativas em muitos países. A política de difusão de inovações no campo da agricultura dos anos 1960 e 1970, por exemplo, resultou em degradação ambiental e aumento de concentração de riqueza dos latifundiários, e a adesão de vários países latino-americanos a partir dos



anos 1990 a princípios do neoliberalismo, como o estado mínimo, vem gerando problemas como aumento de desemprego, violência e desigualdade social.

Em vista dos resultados das políticas desenvolvimentistas se revelarem desanimadores, estudiosos de diversas áreas vêm se empenhando em estruturar outros conceitos em contraposição à noção clássica de desenvolvimento. Entre as acepções mais difundidas estão a de desenvolvimento local e de capital social, que possuem várias abordagens, algumas deles bastantes divergentes entre si.

Para Franco (2000), o desenvolvimento local está intimamente associado ao uso sustentável das potencialidades locais. Segundo este autor, todos os municípios possuem particularidades, que se constituem vantagens em relação a outros. Entretanto, essas vantagens devem ser trabalhadas de maneira cooperativa, e não apenas competitiva. É a junção do cooperativismo com a competitividade que fará os atores locais se inserirem no mercado global sem serem destruídos pela concorrência.

De acordo com Tauk Santos e Brás Callou (1995), o desenvolvimento local está preocupado em pôr em prática soluções imediatas para os problemas vivenciados por determinada comunidade. A comunicação exerce um papel fundamental nesse processo, pois é um instrumento capaz de definir e gerar políticas locais de desenvolvimento. Oliveira (2002) acredita que uma dimensão fundamental do desenvolvimento local é a cidadania, que não é passível de ser mensurada. O autor afirma que a riqueza deste conceito reside justamente na impossibilidade de se reduzir a cidadania à quantificação.

Para Bourdieu (1998, p. 67), “o capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados (...) à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (...), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Essas ligações a qual Bourdieu se refere são as proximidades geográficas e sociais comuns a atores que pertencem a um determinado grupo. Para a efetivação e perpetuação de uma rede de relações materiais e simbólicas entre esses indivíduos, é necessário que eles próprios reconheçam essas similitudes. Matos (2005), afirma que, além do reconhecimento da identidade grupal, Bourdieu elenca outras três condições para a efetivação do capital social:

A primeira estabelece os limites e a diferenciação do grupo com relação a outros grupos e à sociedade, (...) como dispositivo de poder e de interesses contraditórios; a segunda introduz o conceito de apropriação enquanto processo de concentrar nas mãos de uma agente singular a totalidade do capital social que funda a existência do grupo, estabelecendo a contradição dialética no grupo; e a terceira reconhece a necessidade de um trabalho de instauração e manutenção de relações duráveis, como base de um processo dialético de transformação



social pela constituição de capital social.

A POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA BRASILEIRA E OS PONTOS DE CULTURA

O Governo Federal possibilitou um avanço no que se refere às políticas públicas de cultura. A política cultural dos dois últimos governos (FHC e Collor) eram centralizadas nos incentivos fiscais. De acordo com Medeiros e Benitez (2009, p. 20), “O Estado, com a isenção fiscal, passa a ocupar um papel apenas de financiador de projetos de produção cultural da iniciativa privada. Desta forma, a sociedade não tem direito de opinar e decidir”. De acordo com Rubim:

A construção que vem sendo realizada pelo ministério, em parcerias com estados, municípios e sociedade civil, de um Sistema Nacional de Cultura é vital para a consolidação de estruturas e políticas, pactuadas e complementares, que viabilizem a existência e persistência de programas culturais de médios e longos prazos, logo não submetidos às intempéries conjunturais (RUBIM, 2008, p.66, apud CUNHA, 2009, p. 133).

Uma das principais ações do Ministério da Cultura – MinC (RUBIM, 2009; BARBALHO, 2007) é o ponto de cultura, vinculado ao Programa Cultura Viva. Trata-se de um convênio de três anos entre o governo e entidades da sociedade civil que lidam com cultura, no qual estas entidades recebem um repasse financeiro para fomentar as suas atividades culturais e investir em inclusão digital.

Ponto de cultura pressupõe autonomia e protagonismo sociocultural, potencializados pela articulação em rede e se expressa com o reconhecimento e legitimação do fazer cultural das comunidades, gerando empoderamento social. Por si, essa política pública já representaria um avanço em relação às tradicionais formas de relacionamento entre poder público e sociedade (...) (TURINO, 2009, p. 85).

Uma vez que a entidade é conveniada como Ponto de Cultura, mediante edital público de seleção, está apta a concorrer a outros editais e premiações governamentais de fomento cultural, haja vista que o ponto de cultura “articula todas as demais ações do Programa Cultura Viva” (site do MINC). Turino⁴ ressalva que os Pontos de Cultura e o Programa Cultura Viva foram criados juntos e estão indissociáveis um do outro: “O Cultura Viva é concebido como uma rede orgânica de gestão, agitação e criação cultural e terá por base de articulação o ponto de cultura”. (TURINO, 2009, p. 85).

⁴ Célio Turino foi Secretário de Cidadania Cultural do Governo Lula e foi o autor do projeto que veio a instituir os pontos de cultura e o Programa Cultura Viva como políticas públicas em todo país (TURINO, 2009).



A atual gestão do governo de Pernambuco, por meio da Fundarpe, possui uma política cultural convergente com a do MinC e vem efetivando parcerias importantes com esse órgão, como a estadualização do edital de pontos de cultura. Martins observa a descentralização como “uma via interessante para o êxito das iniciativas políticas, naqueles lugares onde a mobilização da sociedade civil e a participação popular estejam articuladas com as instâncias locais de decisão coletiva” (2006, p. 47, apud MEDEIROS e BENITEZ, 2009, p. 28).

Vários pontos de cultura de Pernambuco que foram conveniados diretamente com o MinC comemoraram este feito, e o pensamento unânime era que a estadualização facilitaria o acompanhamento dos projetos e a própria comunicação com a instância governamental. Entretanto, alguns pontos conveniados a partir do edital da Fundarpe não estão satisfeitos com o acompanhamento que o órgão vem oferecendo⁵. Há problemas como falta de orientação adequada sobre movimentação financeira, recolhimento de tributos, comunicação tardia de informações e inflexibilidade diante às especificidades locais. Rubim alega que “a ausência da formação, qualificação e atualização dos organizadores da cultura (...) é uma das maiores mazelas do campo cultural, nunca enfrentada pelas políticas culturais do país” (2009, p. 62 e 63). Os pontos de cultura de Pernambuco, tanto os conveniados pelo MinC quanto os aprovados pelo edital da Fundarpe, vivenciam diariamente as dificuldades da insuficiência de um corpo técnico qualificado para o monitoramento de seus projetos.

O PONTO DE CULTURA TECER

Situado em Camaragibe, município da Região Metropolitana de Pernambuco, o Ponto de Cultura Tecer foi conveniado através da Fundarpe em 2008, no primeiro edital destinado à criação de pontos de cultura promovido por esse órgão. É representado pela Oscip Laia, que se organizou juridicamente para poder concorrer ao concurso⁶.

Camaragibe, sede do Ponto de Cultura Tecer, está situada na Região Metropolitana do Recife – RMR e possui apenas 27 anos de idade. Seu território pertencia a São Lourenço da Mata, uma das vias de acesso ao interior de Pernambuco.

⁵ A autora teve contato direto com os demais Pontos de Cultura de Pernambuco em ocasiões como a II Conferência Estadual de Cultura, realizada em 2009, Encontros Regionais dos Pontos de Cultura (2009), Reuniões da Rede dos Pontos de Cultura de Pernambuco (2009/2010) e Teia Estadual dos Pontos de Cultura (2010).

⁶ Apenas pessoas jurídicas sem fins lucrativos e que comprovem atuação há mais de dois anos estão aptas a concorrer ao edital dos Pontos de Cultura.



Camaragibe, ou *Terra dos Camarás*, como também é conhecida, possui vários trechos de mata atlântica preservada e forte tradição em folguedos ou, utilizando um termo corrente em Pernambuco, *brinquedos* populares bastantes presentes nesse estado, como coco⁷ e caboclinhos⁸.

O ponto é formado por jovens de 20 a 30 anos e por mestres da cultura popular de idade avançada, todos moradores de bairros populares de Camaragibe. São pessoas com vivência em diversas linguagens culturais (música, dança, teatro, poesia) e que nos últimos anos vêm fortalecendo a cultura de sua cidade através de oficinas, palestras e eventos culturais. Alguns de seus integrantes vêm participando da construção de políticas culturais em espaços como fóruns, encontros e conferências municipais e estaduais da área.

A principal ação realizada em 2009, primeiro ano de projeto do Ponto de Cultura Tecer, foi um mapeamento cultural dos mestres da cultura popular do município. Outra importante atividade foi a aquisição de um equipamento de som para a Sambada da Laia, evento cultural que essa entidade promove todo segundo sábado de cada mês, há quatro anos.

A Sambada da Laia surgiu com a proposta de ser um espaço de congregação dos brinquedos da cultura popular. A festa acontece no bairro da Vila da Fábrica no Gruta Bar, um local que promove eventos de reggae e hip hop, e já cedia seu espaço para eventos culturais antes mesmo do início da Sambada. No início, o público era pequeno, mas a perseverança do coletivo organizador da iniciativa e a regularidade das edições fez com que a ação crescesse, chegando a contabilizar um público de cerca de 300 pessoas por Sambada. Com o tempo, a iniciativa foi agregando outras linguagens artísticas, como apresentações de peças de teatro, exposição e venda de folhetos de cordel, recitais de poesia e sessões cineclubistas.

A Sambada da Laia possui frequentadores fiéis e se tornou uma referência no calendário cultural da Região Metropolitana do Recife, atraindo um público cada vez maior e diverso, de classes sociais variadas. O crescimento e consolidação desse evento gerou para os seus organizadores e frequentadores o lucro simbólico (BOURDIEU, 2008) de participarem de um grupo que está promovendo cultura de maneira exemplar

⁷ Música e dança popular nordestina, cantado em coro o refrão que responde aos versos do tirador de coco ou coquista (CASCUDO, 1993, p. 237). Existe uma grande variedade de tipos de coco, como coco de embolada, samba de coco, coco de roda, coco de improviso.

⁸ “Grupos fantasiados de indígenas, com pequenas flautas e pífanos percorrem as ruas nos dias de carnaval nas cidades do Nordeste (...). Executam um bailado (...) ao som da pancada das flechas nos arcos, fingindo ataque e defesa” (CASCUDO, 1993, p. 166).



na cidade de Camaragibe, pois se trata da única ação de caráter permanente e contínuo de fomento à cultura, já que as ações da Fundação de Cultura do Município são mínimas e acontecem de maneira esporádica.

Em 2009 e 2010, através de parcerias com artistas e grupos locais, o ponto promoveu palestras e rodas de diálogo sobre a importância das políticas públicas culturais e eventos culturais como o Jardim Periférico, EntrePontos e Festival Símbolos, o primeiro em parceria com a banda de rock Devotos, o segundo com o Ponto de Cultura Alto do Moura (Caruaru – PE), e o terceiro com o Serviço Social do Comércio – Sesc de Pernambuco.

A comunicação tem se tornado uma das áreas de atuação de destaque do Ponto de Cultura Tecer. Os trabalhos nesta área tiveram início em 2009, o projeto *Tecendo Imagens Livres*, proposto pela videasta Natália Lopes em parceria com este ponto, foi contemplado com o Prêmio Interações Estéticas – Residências Artísticas em Pontos de Cultura (concurso da Fundação Nacional de Artes – Funarte, vinculada ao MinC).

O Tecendo Imagens Livres⁹ promoveu uma oficina de audiovisual e prática de cineclubismo a integrantes do Ponto de Cultura Tecer e representantes do movimento de Camaragibe de janeiro a março de 2010. A justificativa do projeto enviada à Funarte foi a seguinte:

O registro audiovisual desses brincantes resvala em várias importâncias: a exaltação da comunidade a partir da sua história e tradição, o reconhecimento dos seus artistas para além da cidade e a possibilidade de gerações futuras conhecerem a riqueza cultural de Camaragibe através deste registro. A vivência em audiovisual, proposta no projeto “Tecendo Imagens Livres”, vem impulsionar essa produção e difusão cultural, voltada primeiramente para registro dos folgedos populares e mestres da cultura de Camaragibe, provocando a afirmação de uma identidade local contagiante e orgulhosa. A prática cineclubista, através da criação do “Cineclube da Laia” reforçará o contato com a arte cinematográfica e propiciará a discussão acerca dos filmes que irão ser exibidos e suas temáticas. (WANDERLEY e SANTANA, 2009).

O projeto também teve o intuito de fazer com que a cidade de Camaragibe fosse retratada a partir de seus moradores, em contraposição ao olhar da mídia local, cujas matérias sobre o município são em sua maioria sobre os crimes ocorridos e deslizamento de barreiras. Mesmo em uma matéria de um caderno de cultura que abordava o movimento de coco no lugar, Camaragibe foi descrita como “um dos patinhos feios da Região Metropolitana” (SANTOS, 2010). Através do Tecendo Imagens Livres, alguns habitantes do local tiveram a oportunidade de exercer seu direito

⁹ A autora deste artigo trabalhou neste projeto como uma das facilitadoras da oficina de audiovisual.



de se comunicar. Peruzzo (2006), ao tratar de comunicação comunitária e direito humano à comunicação, avalia que

Em última instância, realiza-se o direito à comunicação na perspectiva do acesso aos canais para se comunicar. Trata-se não apenas do direito do cidadão à informação, enquanto receptor tão presente quando se fala em grande mídia, mas do direito ao acesso aos meios de comunicação na condição de emissor e difusor de conteúdos. (PERUZZO, 2006, p. 10-11 apud MELO e SILVA, 2010, p. 33).

Fechine (2003) afirma que o vídeo possui uma proposta contra-hegemônica em relação à TV:

A diferença entre o vídeo e a TV está, essencialmente, na sua proposta ético-estética. O sistema de televisão por broadcast definiu, com base em interesses políticos e econômicos, um modelo de comunicação que se tornou hegemônico na exploração do suporte eletrônico. Esse modelo é orientado, de modo geral, por uma hierarquia da transmissão sobre a recepção (unidirecionalidade), pelos cânones da representação ilusionista (TV como “janela” do mundo), pela “métrica” dos intervalos comerciais (interrupções que ditam a sua sintaxe). (FECHINE, 2003, p. 88).

Os participantes do projeto produziram dois vídeos, *Camaragibe Clássico* e *Cacique Luna – guerreiro dos caboclinhos*. O segundo vídeo, que aborda o personagem Manoel Luiz de Luna (Cacique Luna¹⁰), uma das principais referências dos caboclinhos em Pernambuco, foi selecionado para três festivais de audiovisual em Pernambuco e ganhou o prêmio do júri popular da Mostra TV no Parque 2010.

A partir do Tecendo Imagens Livres, os integrantes do Ponto de Cultura Tecer fundaram o Cineclube da Laia, um espaço de exibição de curtas-metragens realizados em vários formatos (ficção, documentário, animação), preferencialmente pernambucanos, com objetivo de valorizar a cultura local e de trazer os próprios realizadores para falarem a respeito de seus filmes e suscitar a discussão com o público. As sessões acontecem uma vez por mês, dentro da programação da Sambada da Laia.

Durante o ano de 2010, o Cineclube da Laia participou de mostras de audiovisual realizadas simultaneamente em todas as regiões do Brasil, como a Vídeo Índio Brasil e o Dia Internacional da Animação. Também participou do CineCabeça, projeto que acontece em todas as tardes do sábado no Cinema São Luiz¹¹ com objetivo fomentar e

¹⁰ Cacique Luna, personalidade que desde os anos 60 promove a cultura do caboclinho e que conquistou títulos carnavalescos dedicados a este brinquedo, já havia participado das ações do Ponto de Cultura Tecer através do mapeamento cultural dos artistas da cultura popular, realizado em 2009. A idéia de produzir um vídeo sobre esse personagem partiu de integrantes do Ponto que o haviam entrevistado para o mapeamento. Poucas semanas após as filmagens, o Cacique Luna faleceu, aos 70 anos.

¹¹ Maior e mais antiga sala em funcionamento no Estado de Pernambuco, o São Luiz atualmente está sob os cuidados do Governo de Pernambuco e foi reaberto em 2009, após três anos sem atividades.



difundir a prática do cineclubismo em Pernambuco através da exibição de filmes nacionais e conseqüente realização de discussões. O Cineclube da Laia foi responsável pela programação do mês de novembro e fez uma programação voltada para a discussão da consciência negra, com presença de artistas, militantes do movimento negro e estudiosos da temática.

Após um ano de exibições, o coletivo que faz o Cineclube da Laia percebe que o público freqüentador do Bar da Gruta está incorporando o hábito de ver filmes. Nas últimas sessões de 2010, o público se mostrou mais atento e participativo nos debates após as exibições. E essa mudança de hábito não vem somente do público freqüentador. Marcone Alves, integrante do Cineclube da Laia e responsável legal do Ponto de Cultura Tecer, afirma que a sua percepção do audiovisual mudou bastante ao longo da realização da iniciativa:

“Além de perceber o audiovisual como um meio para retratar a cultura popular e seus mestres, a oficina nos despertou o interesse em procurar a história do cinema na cidade. Percebemos a força do registro audiovisual, tanto negativamente quanto positivamente, sendo que a nossa experiência foi positiva. É uma ferramenta para se guardar a memória e também um meio de sustentabilidade cultural e econômica”.

A atuação destacada da iniciativa durante o ano de 2010 motivou seus integrantes a inscreverem um projeto de manutenção para o Cineclube no Edital do Audiovisual 2010 do Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura – Funcultura, promovido pela Fundarpe, que foi aprovado e deverá estar iniciando suas atividades no mês de agosto de 2011. Os membros do Cineclube da Laia, assim como os demais integrantes do Ponto de Cultura Tecer/Laia, estão impacientes com o atraso de mais de um ano para a formalização do convênio do *Cine Mais Cultura*, outro concurso do MinC estadualizado pela Fundarpe no qual esta organização foi contemplada no início de 2010. Este edital prevê fornecimento de equipamentos para exibição audiovisual, oficina de capacitação cineclubista e realização de sessões semanais de cinema.

Ainda em 2010, o Ponto de Cultura Tecer teve dois projetos aprovados pela Funarte, através de parceria com profissionais das áreas de comunicação e artes cênicas: *Coco de improviso e a poesia solta no vento* e *O absurdo em Camaragibe*. O objetivo do primeiro projeto foi a realização documentário sobre o coco de São João, modalidade de coco característica de Camaragibe e São Lourenço. O lançamento do vídeo, em 04 de julho de 2011, lotou o Cinema da Fundação, a sala mais importante do circuito dos filmes de arte do Recife, fazendo com que o filme fosse exibido duas vezes. Alexandre



L’Omi L’Odò, músico e produtor cultural que estava presente na ocasião, relatou: “Estou surpreso porque um evento da cultura popular reuniu tanta gente nesse cinema. É nesses momentos que percebemos a força da cultura popular, a importância de se ocupar esses espaços”.

A equipe de produção do documentário *Coco* de improviso e a poesia solta no vento está inscrevendo o vídeo nos principais festivais de cinema do país. Mas as atividades do Ponto de Cultura Tecer no audiovisual não param por aí. Esse ponto aprovou em julho de 2011 mais um projeto nessa área, *Som de aço*, através do Edital Laboratório Cultura Viva, destinado à realização de documentários sobre pontos de cultura e ações do programa Cultura Viva. O concurso Laboratório Cultura Viva é uma realização da Escola de Comunicação da UFRJ, em parceria com o MinC e com a Fundação Universitária José Bonifácio.

FRAGILIDADES E DESAFIOS

Segundo Matos (2005, p. 3), a dificuldade de se trabalhar com as abordagens do capital social de alguns autores, “é que elas só valorizam o lado positivo do conceito, sem considerar as contradições e os conflitos postos pelas situações reais”. O Ponto de Cultura Tecer, e naturalmente a Oscip que o representa, a Laia, passa por dificuldades, que acabam por fragilizar o trabalho da organização. Por conta da saída de um integrante que ocupava uma posição importante dentro das atividades do Ponto, no final de 2010, o coletivo passou de reestruturação. Os integrantes mais atuantes do Tecer se desligaram do grupo Adiel Luna e Coco Camará, banda de destaque no cenário cultural de Pernambuco e que era formada majoritariamente por integrantes do Ponto, por divergências internas.

Outro problema é o diálogo com a Fundarpe, órgão responsável pelo acompanhamento dos pontos. O Ponto de Cultura Tecer, após ter entregue a prestação de contas do primeiro ano do projeto, esperou nove meses para o depósito da segunda parcela. Carvalho (2009, p. 32) enxerga os impasses entre os movimentos culturais organizados e administração pública da seguinte maneira: “Os discursos emancipatórios dos atuais programas de governo (...) têm imensa dificuldade de se realizar na prática da atuação e da inter-relação entre as administrações públicas e a sociedade organizada”.

A Fundarpe possui um corpo técnico reduzido para lidar com o quantitativo de 166 Pontos de Cultura, distribuídos entre as 12 regiões de desenvolvimento de



Pernambuco. Rubim (2009, p. 62) assinala como urgente “a necessidade de se constituir quadros para as instituições nacionais”.

A equipe gestora do Ponto de Cultura Tecer é bastante reduzida. São frequentes os relatos desses integrantes acerca do grande volume de que eles possuem: além de tratar da parte burocrática do projeto, regido por normas muito complexas¹², articulam a comunidade para participar das atividades do projeto, além divulgarem suas ações. Essa concentração de trabalho acarreta em pouca visibilidade de algumas de suas ações para um público mais amplo. Essa situação, entretanto, vem melhorando paulatinamente com a chegada de profissionais da área de comunicação junto ao ponto, que vem dinamizando a divulgação das atividades do Ponto de Cultura Tecer e da Oscip Laia através de redes sociais, blog¹³, mailing eletrônico e envio de notícias aos meios de comunicação de massa.

CONCLUSÕES

A atuação do Ponto de Cultura Tecer vem contribuindo para o desenvolvimento local no sentido propostos por Oliveira e Franco, pois através de ações de fomento a uma potencialidade local, a cultura popular, os integrantes do Ponto Tecer estão exercendo a cidadania, que não pode ser mensurada em termos numéricos. Os beneficiários das iniciativas desse Ponto, por sua vez, entre os quais próprios membros do projeto, estão usufruindo de lucros simbólicos, graças à visibilidade cada vez maior das atividades promovidas. Os conflitos internos, as dificuldades de diálogo com o poder público e a equipe reduzida são os principais desafios que o Ponto de Cultura Tecer vem encontrando em seu caminho para a construção de um desenvolvimento pautado na cidadania.

REFERÊNCIAS

Agenda 21 da Cultura. Texto aprovado no IV Fórum de Autoridades Locais de Porto Alegre para a Inclusão Social, no marco do Fórum Universal das Culturas – Barcelona, 2004.

BARBALHO, A. **Políticas Culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença.** Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil.

¹² A Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 e a Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127, de 29 de maio de 2008 regulamentam as transferências de recursos da União mediante convênios para os Pontos de Cultura.

¹³ www.cineclubedalaja.blogspot.com



BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura: conceitos, participação e expectativas**. Brasília: MinC, 2009.

CARVALHO, C. O estado e a participação conquistada no campo das políticas públicas para a cultura no Brasil. In: CALABRE, Lia (org.). **Políticas culturais: reflexões e ações**. São Paulo: Itáú Cultural, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.

CONVENÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE DAS EXPRESSÕES CULTURAIS, 20 de outubro, 2005. Texto oficial ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo 485/2006. Brasília: IBCT/UNESCO, 2006.

CUNHA, M. H. Recursos humanos da cultura: perfil, nível e área de formação nos municípios brasileiros. In: CALABRE, Lia (org.). **Políticas culturais: reflexões e ações**. São Paulo: Itáú Cultural, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.

FECHINE, Y. **O Vídeo como Projeto Utópico de Televisão**. In: Made in Brasil: três décadas do vídeo brasileiro / Coordenação Arlindo Machado. São Paulo: Itáú Cultural, 2003.

FRANCO, A.. **Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável**. Brasília: Instituto de Política, 2000.

MATOS, A. G. de. Capital social e autonomia. In: **Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural** – www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=227

MEDEIROS, A. e BENITEZ, A. Políticas Públicas de Cultura e Participação Popular. In: CALLOU, A. B. F., TAUKE SANTOS, M. S. e GEHLEN, V. R. F. (orgs.). **Comunicação, Gênero e Cultura em Comunidades Pesqueiras Contemporâneas**. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2009.

MELO E SILVA, A. C. S. **O Enigma da Comunicação Comunitária**. Dissertação de Mestrado. Recife, PPGCOM/UFPE, 2010.

MIGUEZ, P. Cultura e desenvolvimento. In: **Políticas Culturais em Revista**, 1(1), p. 1-3, 2009 – www.politicasculturaisemrevista.ufba.br

OLIVEIRA, F. de. Aproximações no enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?

ORTIZ, R. Cultura e desenvolvimento. In: **Políticas Culturais em Revista**, 1(1), p. 122-128, 2008 – www.politicasculturaisemrevista.ufba.br

RUBIM, A. A. C. **Políticas Culturais do Governo Lula/Gil: Desafios e enfrentamentos**. In: RUBIM, A.A.C. e Bayardo. R. (orgs.) Políticas Culturais na Ibero-America. 2. Ed. Medellín: Universidad Nacional de Colombia, 2008.

SANTOS, M. C. **Em nome da tradição do coco**. Diário de Pernambuco, Caderno Viver, 14 de março de 2010.

TAUKE SANTOS, M. S. e CALLOU, A. B. F. Desafios da comunicação rural em tempo de desenvolvimento local. In: **Revista Signo de Comunicação Integrada**. João Pessoa: UFPB, 1995.



TURINO, C. **Ponto de cultura: o Brasil de baixo para cima.** São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.